



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**USOS DO PASSADO E PRESENTIFICAÇÃO DE OLIVEIRA VIANNA,
JOAQUIM NABUCO E RUI BARBOSA EM NARRATIVAS DO SUPLEMENTO
CULTURA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (1980-1981)**

Alicy de Oliveira Simas ¹

Resumo: O presente trabalho visa analisar três publicações da coluna “Por que ler hoje?” do Suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo: “Por que ler Joaquim Nabuco hoje?” (1980) escrita por Gilberto Freyre; “Porque ler Oliveira Vianna hoje?” (1980) por Oliveiros S. Ferreira e “Por que ler Rui Barbosa hoje?” (1981) por Djacir Menezes. Nessa coluna, o jornal convidava intelectuais de diversas áreas do conhecimento para refletir sobre sociedade, cultura e política. A escolha dessas três publicações se dá pela possibilidade de observá-las sob a problemática da crise de paradigmas nas ciências sociais na segunda metade do século XX, bem como os embates das revisões crescentes no contexto brasileiro após a lei da Anistia (1979), com a abertura política e o processo de redemocratização. A partir da perspectiva da História do Tempo Presente, busca-se considerar esses sujeitos como intelectuais mediadores de bens culturais conformados em grupos específicos, investigando as relações estabelecidas entre o presente dos autores e o passado histórico brasileiro, em que buscam legitimar uma atualidade para seus personagens, ao mesmo tempo que se evidencia um pensamento conservador e elitista em suas narrativas.

Palavras-chave: História do Tempo Presente, intelectuais mediadores, usos do passado, conservadorismo, Suplemento Cultura do Estado de S. Paulo.

Por que ler hoje? A indagação é feita pelo *Cultura*, suplemento do jornal *O Estado de S. Paulo (OESP)*. Nele, intelectuais de diversas áreas do conhecimento ensaiam a importância - ou utilidade - de ler determinados personagens de outras gerações. É o caso de Oliveira Vianna, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, para citar alguns exemplos.

A conotação temporal do “hoje” do título interrogativo da coluna, estabelece uma atualidade possível para esses personagens. Os intelectuais buscavam retomar aspectos importantes da vida dos personagens, bem como suas “grandes obras”, outrora interessantes de serem lidas e relidas. Mas por que ler esses personagens naquele presente? Quais fenômenos possíveis de despertar uma presentificação do passado a partir desses

¹ Graduada e mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela mesma instituição. Este artigo foi produzido com apoio da Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: alicysimas@gmail.com



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



personagens? E ainda, sob quais narrativas são evocados? Pretende-se investigar usos do passado no presente a partir das narrativas dos intelectuais que escrevem para a coluna “Por que ler hoje?” do Suplemento *Cultura*.

Contudo, não é possível para a reflexão que se seguirá, dar conta de todas as edições que apresentam essa característica. Se assim o fosse, teria de ser observado cento e oitenta e cinco edições entre 1980 e 1983 (período de permanência da coluna “Por que ler hoje?” no suplemento *Cultura*), dentre as quais privilegiam diversos personagens, comentados por muitos intelectuais e de diferentes áreas do conhecimento.

Sem o domínio e as ferramentas de análise precisas para isso, foi privilegiado neste trabalho três edições: “Por que ler Joaquim Nabuco Hoje?” (1980), escrita por Gilberto Freyre; Por que ler Oliveira Vianna hoje? (1980), por Oliveiros S. Ferreira; e “Por que ler Rui Barbosa hoje?” (1981), escrito pelo professor e jurista Djacir Menezes. A escolha dessas edições se dá por alguns motivos que devem ser elucidados. Primeiro, pela possibilidade de observá-las sob a problemática de uma crise de paradigmas nas ciências sociais, bem como os embates das revisões crescentes no Brasil pós-Anistia (1979), com a abertura política e o processo de redemocratização. Segundo, porque os articulistas dessas edições encontravam-se em uma rede de sociabilidade específica, atuando intelectual e politicamente. Tanto Freyre quanto Menezes integravam o Conselho Federal de Cultura (CFC)², na *Câmara de Ciências Humanas*. Oliveiros S. Ferreira, além de professor universitário, compunha a comissão editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* já há muito tempo. Dessa forma, são aqui compreendidos como *intelectuais mediadores*, categoria mobilizada por Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016). Isso porque, busca-se entendê-los como agentes sociais e políticos que atuam como mediadores de bens simbólicos e produtos culturais, tendo em vista uma dupla ocupação, entre o meio intelectual e político, o conhecimento especializado e as narrativas veiculadas no jornal. Sendo assim, é necessário considerar “questões como as das condições de produção político-social de ideias”, a “importância das tradições intelectuais”,

² O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi criado em 1966 pelo então presidente Castelo Branco, “de maneira simétrica ao Conselho federal de Educação e com análogas atribuições no campo da cultura. Criado Principalmente para imprimir maior velocidade e intensidade à cultura nacional na tentativa de institucionalizar a ação estatal no setor cultural” (PAZ, 2011, p. 14).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



“dos paradigmas vigentes em dado contexto cultural, bem como das linguagens e do vocabulário” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12).³

Um terceiro motivo, está nas críticas às universidades brasileiras e às produções acadêmicas inseridas em suas narrativas. Desde a década de 1960, e mais fortemente depois de 1970, houve no Brasil determinada “crise interdisciplinar” dentro das Ciências Humanas, sobretudo nas relações estabelecidas entre a História e a Ciências Sociais e Políticas. Segundo a historiadora Angela de Castro Gomes (1996), é possível elucidar “o descompasso desde os anos 50, entre a produção intelectual na área de história e na área das ciências sociais/política, em que a primeira fica nitidamente em desvantagem de autores e obras que busquem interpretar o país”. (GOMES, 1996, p. 05). Daí a crescente preocupação, inclusive, de estudos voltados a uma renovação da História Política, encaminhada desde o início da década de 1970, em que inicia a busca de uma resposta à “crise de paradigmas” e aos problemas interdisciplinares das Ciências Humanas. Ainda segundo Gomes, essa crise desencadeia reflexões “sobre a natureza e a especificidade do trabalho historiográfico, [...] destacando-se os temas do estatuto da ‘nova’ história política; da incorporação do tempo presente à história; e das relações política-cultura nas sociedades contemporâneas” (GOMES, 1996, p. 08-09).

Para tais compreensões, precisam ser ressaltadas as mudanças ocorridas no sistema de ensino das universidades brasileiras proporcionadas pelo incentivo do governo militar. Por exemplo, o acordo *MEC-USAID* assinado entre Brasil e Estados Unidos em 1966 afetou diretamente essas reformulações. Em nome da “inovação”, o acordo reorganizara as disciplinas, as áreas científicas e as grades curriculares, ocasionando a desqualificação profissional e do ensino. A filósofa Marilena Chauí (1978) afirma que a transformação da estrutura escolar pretendia seguir um modelo organizacional das empresas, o que, nas palavras de Chauí, facilitou “sobremaneira o controle institucional do ensino”. (CHAUÍ, 1978, p. 150).

As iniciativas do governo ditatorial nas universidades brasileiras, se deram de forma “paradoxal”, como chama a atenção o historiador Rodrigo Pato Sá Motta (2014). Isso

³Essa definição de intelectual é contribuição de uma História dos intelectuais renovada em diálogo com a abordagem renovada da História Política proposta pelos estudos desenvolvidos pelo *Institut d’Histoire du Temps Présent* (IHTP) em Paris a partir de 1980/90, em que se destaca as abordagens de René Remond e Jean François Sirinelli (2003). Dessa forma, essa abordagem renovada da História dos intelectuais está situada “no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



significa que as universidades eram instituições que o regime militar “simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar” (MOTTA, 2014, p. 84).

A partir de 1971, então, as reformas nas Universidades brasileiras pouco a pouco modificam o cenário do ensino superior, bem como o da pesquisa historiográfica no Brasil. Contudo, como bem demonstrado pelo levantamento da historiografia no Brasil feita por Carlos Fico e Rodrigo Polito (1992), é a partir da década de 1980 que esses cursos de pós-graduação se consolidaram efetivamente. É a partir das pesquisas desses novos cursos de pós-graduação, sobretudo nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Humanas, que se acentuam as revisões sobre o passado histórico brasileiro. Também em uma revisão historiográfica anterior, o historiador José Roberto do Amaral Lapa (1985) alertou para a discrepância do crescimento das pesquisas no campo da História Política em relação a outras áreas como História Econômica e História Social.⁴

Em convergência, a historiadora Maria Helena Capelato (1998), recorta 1970 e 1980 como as décadas da ocorrida *crise dos paradigmas*, responsável pelas diversas revisões na produção do conhecimento nas ciências sociais. O pós-Segunda Guerra Mundial trouxe diversas transformações nos valores até então estabelecidos e no plano político-ideológico. No que diz respeito às decepções com os regimes comunistas após 1950, “resultaram numa crise de pensamento relacionada, sobretudo, aos paradigmas marxistas” (CAPELATO, 1998, p. 23). Além disso, as revelações dos crimes praticados pelo regime também “provocaram não só a ruptura de muitos intelectuais/acadêmicos com os Partidos Comunistas, mas também novas formas de interpretar criticamente a sociedade capitalista e as propostas de formas alternativas de ação.” (CAPELATO, 1998, p.23). Contudo, não somente a *crise do paradigma marxista* proporciona essas transformações, mas também resulta de outros acontecimentos, que mesmo sentidos de formas diferentes, emergem em todo o mundo. Como exemplo disso, podemos pensar a Revolução Cubana, os processos de descolonização em África e Ásia e os movimentos sociais e culturais de maio de 1968.

⁴ Lapa (1985) afirma que a partir de 1975 se assinalava o crescimento de interesse tanto das pesquisas quanto do público leitor voltado para a História Política, especialmente por causa da abertura política e com o afrouxamento da censura. Para o autor os títulos considerados “políticos” seriam “representados pelos depoimentos e memórias de agentes, pelas biografias e pela descrição das práticas e instituições, pela análise das ideologias, pelo confronto das classes sociais, etc.” (LAPA, 1985, p. 63). Esse interesse se expressaria na venda de livros sobre política entre 1979 e 1980, assim, superando o lugar que a Economia ocupava.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



No Brasil, essas transformações também foram sentidas de forma singular, sobretudo com a experiência ditatorial que o país vivenciou após o golpe civil militar de 1964. Capelato (1998) afirma que a experiência da repressão da ditadura, bem como a criação de novos movimentos sociais de base, suscitados a partir da abertura política e do processo redemocratização, e a atenção aos debates internacionais sobre as renovações nas ciências sociais e na historiografia, colocaram os pesquisadores brasileiros no debate sobre as revisões das interpretações da realidade política e social brasileira, bem como as revisões historiográficas sobre o passado, privilegiando o passado recente. Nesse sentido, as relações entre autoritarismo e democracia se fizeram presentes. Buscava-se compreender a experiência autoritária do regime militar instaurado em 1964, a partir do passado recente do governo Vargas, sobretudo no que diz respeito ao Estado Novo. Assim, muitas pesquisas universitárias privilegiaram para análise o *pensamento autoritário brasileiro*, tendo como um dos personagens principais Oliveira Vianna. É nessa perspectiva, que Oliveiros S. Ferreira escreve “Por que ler Oliveira Vianna Hoje?” no *Cultura*:

Oliveira Vianna, da mesma forma que Alberto Torres, perdeu seu lugar de pensador e tornou-se objeto de teses acadêmicas. O que significa que, devidamente rotulado e arquivado no escaninho dos pensadores autoritários brasileiros, não merece de nossos intelectuais melhor atenção do que a dispensada aos espécimes raros desta fauna que reconhecidamente pavimentou o caminho que levaria ao Estado Novo de Vargas e menos publicamente à democracia relativa pós-64 (FERREIRA, 1980, p. 10).

Não nos interessa, propriamente, se Oliveiros S. Ferreira defende Oliveira Vianna porque concorda com seu pensamento – até porque para afirmar isso, seria preciso leituras mais aprofundadas –. Interessa, por outro lado, a revelação de embates sendo travados no período sobre essa recorrência do passado no presente, a saber, a questão do autoritarismo. Vale considerar, que todo acontecimento, por mais singular que seja, possui certo grau de repetibilidade (KOSELLECK, 2014). Ferreira demonstra em sua narrativa uma tendência das pesquisas acadêmicas em identificar o pensamento autoritário de Oliveira Vianna em dois momentos: no Estado Novo de Vargas e no regime militar pós 1964. Ferreira fala “menos publicamente” em relação ao pós-64 talvez porque, dentre outros motivos que fizeram os militares ascenderem ao poder após o golpe atribuído à João Goulart, estava o discurso de



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



ruptura com a ordem estabelecida até então, cujo sistema se inspirava no governo Vargas. Sendo assim, o discurso da chamada “revolução” era o de romper, entre outras coisas, com o modelo intervencionista e corporativista do Estado presente em Vargas. Vale lembrar, que essa defesa do ideário liberal pelos militares ditos “revolucionários” conquistou principalmente, a grande imprensa liberal, que em sua maioria, apoiou o golpe civil militar⁵.

Contudo, o sistema idealizado por Oliveira Vianna, segunda Larissa Corrêa (2016), principalmente no que diz respeito à regulamentação trabalhista persistiu entre diferentes conjunturas históricas, mantendo-se “conservado em sua estrutura, embora não tenham sido poucas as alterações realizadas na legislação trabalhista, inclusive durante o período da Ditadura Militar e principalmente na década de 1980” (CORRÊA, 2016, p. 503).

Sobre o pensamento de Vianna a respeito das relações de trabalho, outro ponto a ser destacado da narrativa de Oliveiros S. Ferreira diz respeito então, ao corporativismo:

Os frutos do corporativismo estão aí - e quando ligados ao triunfo do florianismo, acabam conduzindo-nos ao Estado autoritário, que Oliveira Vianna imaginara ser um desvio do Estado corporativo com que pretendia resolver os problemas do Brasil e construir aqui uma democracia de fato fundada na realidade social (FERREIRA, 1980, p. 11).

Diante do problema do corporativismo, colocava-se também o problema de um modelo de organização sindical, no qual a base se encontrava na ampliação da participação do povo, “organizado em associações profissionais, que respondiam ao problema da incorporação de novos atores à esfera pública e que era “inviável segundo as práticas liberais, parcamente institucionalizadas e incompatíveis com a realidade nacional.” (GOMES, 2005, p.113). Pode-se ver a compreensão de que o modelo corporativista não sumiu com o regime militar, muito pelo contrário. Segundo Daniel Aarão Reis (2000) “para além da degola de algumas centenas de lideranças sindicais, a estrutura corporativista, de trabalhadores e patrões, permaneceu intacta. Como se o peso de tradições mal controladas se impusesse sobre a vontade reformadora do governo.” (REIS, 2000, p. 39-40). Sobretudo a partir do governo de Costa e Silva, “não só incentivava como também intervinha nos mais avançados ramos da economia. O modelo de desenvolvimento industrial ancorado no dirigismo estatal,

⁵ Sobre isso, ver entrevista de Ruy Mesquita. Imprensa e História. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, CEDEC, v. 1, n. 2, jul./set., 1984, p. 30



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



principalmente com Médici e Geisel, era a expressão da permanência da Era Vargas durante o ciclo militar” (MARTINHO, 2008, p.12-13). Segundo Corrêa, ainda, não seria poucas as vezes que o regime militar voltava a invocar o corporativismo sindical. Durante o período da política de distensão do regime, Geisel (1974-1979) teria invocado o corporativismo sindical “como motivo de orgulho para o povo brasileiro e símbolo nacional.” (CORRÊA, 2016, p. 519), ele teria feito em um discurso realizado para os trabalhadores de Minas Gerais em 1976 “elogios à legislação trabalhista brasileira e à Justiça do Trabalho, instituição que ele considerou ser ‘a melhor do mundo’ e uma “grande contribuição do presidente Vargas” (CORRÊA, 2016, p. 519).

Outras revisões estavam acontecendo no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. É o caso da revisão da historiografia da escravidão. Segundo Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva “buscava-se superar as versões contraditórias de abolicionistas e escravocratas, as divergências entre Joaquim Nabuco e José de Alencar, a necessidade de optar entre violência e “doçura” na caracterização das relações escravistas. (CHALHOUB; SILVA, 2009, p.22). Dessa forma, pode-se dizer que as ideias de Joaquim Nabuco sobre a abolição são pautadas no que Chalhoub e Silva chamam de “paradigma da ausência”, ou seja, a historiografia da escravidão em que os escravizados estão ausentes do processo histórico de sua própria libertação (CHALHOUB, SILVA, 2009, p.17).

Essa superação do pensamento oitocentista da escravidão parece incomodar Gilberto Freyre ao escrever “Por que ler Joaquim Nabuco hoje?”. Segundo o autor,

O atual brasileiro jovem e universitário não se sente atraído à leitura de Joaquim Nabuco. Raros os esquisitões que o lêem. Raríssimos. Entretanto sou dos que acreditam - como já comecei a sugerir - que há nesse escritor - na sua projeção sobre sucessivos futuros - alguma coisa de potentemente contemporâneo, com relação a possíveis futuros leitores. O tempo decorrido, desde sua morte, não o tornou arcaico. Sua palavra, sua expressão, sua frase, continuam esteticamente comunicativas. E o que têm a comunicar ao brasileiro de hoje é um grupo de mensagens que se ligam a circunstâncias atuais. No escritor literário se exprime um pensador a quem não falta contemporaneidade (FREYRE, 1980, p. 12).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Aqui Freyre defende o “senso de mediação” pertencente a Nabuco que explicaria o homem plural, ensaísta, historiador e político. Freyre indaga em sua narrativa, se este “senso de mediação” explicaria, dentre outras características elencadas por ele:

(...) O quase traidor de sua classe para agir a favor não só da abolição da escravatura do Brasil como de medidas que realmente, efetivamente, rasgadamente facilitaram a ascensão socio-econômica do liberto através de sua plena integração na sociedade nacional: através, inclusive, da valorização ou da dignificação da figura do trabalhador ou do operário e do trabalho artístico ou manual? (FREYRE, 1980, p. 12).

Podemos observar a perspectiva que Freyre tem da participação de Joaquim Nabuco no processo abolicionista. É enfático ao dizer que Nabuco tomou medidas que “rasgadamente facilitaram” a ascensão socioeconômica do liberto, além da “plena integração” na sociedade e na “valorização” e “dignificação” da figura do trabalhador. Ele defende uma atualidade de Joaquim Nabuco que não condiz com a produção acadêmica de cientistas sociais e historiadores da década de 1970. Esses pesquisadores, vão fazer críticas contundentes e começar a revisar a historiografia sobre a escravidão do século XIX, - o que inclui Joaquim Nabuco -, e no mesmo movimento, lançar críticas ao pensamento de “democracia racial” sugerida por Freyre: “Quase cem anos depois, intelectuais engajados na demolição necessária do mito da democracia racial no Brasil recorreriam às imagens construídas pelos abolicionistas quanto aos efeitos da escravidão sobre os negros” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 18). Os autores ressaltam nessa perspectiva de renovação, Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes e Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, pesquisadores que acumularam evidências “sobre o preconceito dos brancos brasileiros, para mostrar que a inexistência de discriminação legal não impediu a segregação de fato da população negra do país. A maior parte da população negra permanecia nos porões da sociedade, sem chance de melhorar suas condições de vida” (CHALHOUB, SILVA; 2009, p. 19).

De certa forma, a defesa de uma atualidade de Joaquim Nabuco por Freyre é também uma defesa da atualidade de si mesmo, pois utiliza sua narrativa sobre a defesa da leitura das obras de Joaquim Nabuco para também criticar os universitários, ditos “revisionistas”. Em sua narrativa no Suplemento *Cultura*, o motivo dos jovens universitários não lerem Joaquim Nabuco,



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



É uma crise em que se reflete falta, não da parte desses livros e do que neles sejam virtudes perduráveis, mas da atual situação do ensino e da cultura intelectual no Brasil. Temos atualmente, é certo, várias instituições intituladas universidades. Cursos, alguns deles, nessas universidades, conduzidos por mestres competentes. Mas que espécie de estudante vem chegando a essas universidades e a esses cursos? Em sua imensa maioria, jovens despreparados para estudos realmente universitários.

[...] Alguns como que alérgicos a tais estudos. Passando por eles como quem atravessa corredores infectos: interessados só em diplomas que os deem como "bacharéis" ou "mestres". Da parte de não poucas autoridades universitárias, verifica-se excesso de tolerância para com um conluio entre estudantes que não querem estudar e mestres universitários que não sabem ensinar (FREYRE, 1980, p. 13).

Essa nova geração de universitários está tecendo críticas também ao pensamento de Gilberto Freyre. Não só o pensamento de uma “democracia racial” inscrito em seus livros fez de Freyre uma figura controversa. Pode-se dizer que a década de 1960 também serviu de uma decepção da academia – sobretudo no segmento da esquerda marxista – com o autor de *Casa Grande e Senzala*. Segundo Ronaldo Vainfas (2009), a obra de Gilberto Freyre teria pagado o preço de seu salazarismo colonialista internacionalmente, e de seu apoio aos militares para a queda de João Goulart e a tomada do poder em 1964 (VAINFAS, 2009, p. 225), atuando politicamente dentro do regime militar – sendo convidado em 1969 pelo então presidente Emílio Médici (1969-1974) a integrar o Conselho Federal de Cultura.

Não só a academia se afastava de Freyre, como ele também a evitava. Preferia manter suas discussões em Recife, no Instituto Joaquim Nabuco e no Diário de Pernambuco. Segundo Lehmann (2008, p. 381), Freyre “evitava qualquer arena intelectual, com exceção daquela que poderia controlar”. Nesse ponto é interessante notar sua presença no Suplemento *Cultura*, já que este fazia parte do jornal *O Estado de S. Paulo*, e que possuía forte diálogo com as universidades paulistas, sobretudo a Universidade de São Paulo, na qual atuavam seus “adversários” universitários. Isso demonstra as articulações da grande imprensa paulista com intelectuais que possuíam visões específicas sobre os acontecimentos. Os acadêmicos também estavam presentes de uma forma ou de outra no *Cultura*, mas parece haver um espaço privilegiado para o pensamento desses intelectuais que estavam sendo criticados pela academia. Certamente, essa relação se estabelece pelo próprio jogo político ideológico que a imprensa liberal defende.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Além da problemática de movimentos sociais, das relações de trabalho e de “novos” agentes na História do Brasil, a década de 1980 é marcada por um processo de redemocratização que só viria a se consolidar efetivamente com a Constituinte de 1988. Assim, a década de 1980 foi cenário de debates sobre os problemas da constitucionalidade brasileira, da justiça e do direito público. Inserido nesses debates, Djacir Menezes escreve para o *Cultura* “Por que ler Rui Barbosa hoje?”

Porque devo reconhecer, contraditoriamente, que Rui foi o criador do nosso Direito Constitucional. (...) Foi o próprio Rui Barbosa que contrastou o estilo americano da República presidencialista em sucessão ao estilo britânico da Monarquia parlamentar (...) (MENEZES, 1981, p. 06).

A atualidade de Rui Barbosa defendida por Menezes parece possível se pensarmos nas discussões sobre o Estado constitucional de direito que aconteceram em âmbito internacional a partir da década de 1960. Segundo Luís Roberto Barroso (2008), “o modelo constitucional americano, nos últimos cinquenta anos, irradiou-se pelo mundo e tornou-se vitorioso em países da Europa, da América Latina, da Ásia e da África” (BARROSO, 2008, p. 01). Esse modelo constitucional americano defende a supremacia do judiciário sobre o legislativo, em que a Constituição deve “além de impor limites ao legislador e ao administrador, determiná-los, também, deveres de atuação (...) juízes e tribunais passam a deter ampla competência para invalidar atos legislativos ou administrativos e para interpretar criativamente as normas jurídicas à luz da Constituição” (BARROSO, 2008, p. 04).

No contexto brasileiro, as relações estabelecidas entre os três poderes ocorreram de outras formas. Segundo Antunes e Ridenti, em 1968 após o decreto do Ato Institucional nº 5, o governo militar colocou o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais “temporariamente em recesso e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc.” (ANTUNES, RIDENTI, 2007, p. 87). Sendo assim, restringiu os poderes do Legislativo e do Judiciário embora os tenha mantido de alguma forma pela questão de legitimidade social em uma espécie de hibridismo político que mistura traços democráticos e traços ditatoriais. (VASCONCELOS, 2013).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



De outra maneira, a presentificação de Rui Barbosa também se dava no âmbito intelectual da geração que integrava a *Academia Brasileira de Letras* das décadas de 1960 e 1970. Ele próprio foi fundador da ABL, era um dos “homens mais célebres” (CUNHA, 2017, p. 329). Com todos os embates em torno da questão da democracia, da constituição e do liberalismo, por exemplo, se criou o “mito do homem público irrepreensível, patriótico, construtor da democracia e pai do liberalismo brasileiro (...) um símbolo cuja herança, sucessivas gerações de intelectuais liberais e conservadores podiam reivindicar. (CUNHA, 2017, p. 329).

A narrativa de Djacir Menezes sobre Rui Barbosa merece um outro ponto de observação. Nos parágrafos finais de sua narrativa, Djacir Menezes foca em criticar o marxismo nas universidades, em defesa de uma liberdade de cátedra:

A maioria dos comentaristas brasileiros, porém, atentos ao judicial Review, no tocante à liberdade de pensamento, não nos informa sobre os problemas ainda vigentes acerca da função do Judiciário na preservação das liberdades cívicas. A Suprema Corte americana, julgado processos sobre liberdade de cátedra, sentenciou, num deles, que “ninguém deve subestimar o papel vital desempenhado numa democracia por aqueles que guiam e treinam nossa juventude: impor camisa-de-força aos líderes intelectuais dos nossos colégios e universidades poria em risco o futuro da Nação”. Estas palavras são dignas do aplauso de todo professor ciente de sua dignidade docente. (...) A legitimidade da posição do professor decorre do exercício de sua competência profissional e de sua qualificação ética para a respectiva docência. A filiação nos partidarismos políticos é que o leva à submissão às ideologias que lhe viciam a independência filosófica e científica. Não admira, pois, que aconteça esse estado de atonia cívica de que fala Monnerot: as congregações universitárias são intimidadas por esse revolucionarismo verbal de uma catequese submarxista, que parece forte apenas porque não encontra resistência intelectual do pensamento livre (MENEZES, 1981, p. 07).

Pode ser observado na narrativa de Menezes, que lhe incomodava a presença do marxismo nas universidades, pois era um antimarxista confesso (PAUPÉRIO, 1989, p. 95). Como se sabe, a crise do regime militar foi profundamente agitada por movimentos sociais que surgiram em diversos segmentos da sociedade. Os estudantes universitários possuem papel fundamental nessa agitação, pois organizaram uma série de manifestações contra o governo ditatorial. Segundo Daniel Araújo Reis (2000), foram também os estudantes universitários que “constituíram a principal base social do processo de rearticulação das



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



esquerdas organizadas, postas, todas, na clandestinidade desde abril de 1964” (REIS, 2000, p.41).

Outro ponto diz respeito ao próprio conteúdo da narrativa de Menezes. Em uma determinada parte de seu texto, Menezes cita um texto escrito por Antônio Paim⁶:

Mas o fato é que a camisa-de-força está sendo talhada por minorias militantes que negam aqueles direitos humanos a seus adversários (cf. Antonio Paim, *Liberdade Acadêmica e Opção Totalitária*, Arte Nova, 1979) (MENEZES, 1981, p. 07).

Na verificação desse documento encontramos um acontecimento específico que envolveu o Departamento de Filosofia e alguns (as) professores (as) da Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1979. A discussão desse acontecimento está descrita em um dossiê (de cartas, reportagens de jornal, discursos oficiais) intitulado “Liberdade acadêmica e opção totalitária: um debate memorável” (PAIM, 1979). Segundo o documento, o *Jornal do Brasil* publicou no dia 14 de março de 1970 uma carta da professora Anna Maria Moog Rodrigues⁷, destinada ao Chefe do Departamento de Filosofia da PUC-RJ. O motivo dessa carta, seria a censura do uso de um texto de Miguel Reale⁸ na disciplina de História do Pensamento:

A discriminação era de responsabilidade do Chefe do Departamento, alegando divergências com a atuação política do prof. Miguel Reale. “Por considerar este ato arbitrário e cerceador da liberdade acadêmica”, a profa. Anna Maria apresenta o seu pedido de exoneração do Corpo Docente da PUC. Ao transcrever esta carta, o *Jornal do Brasil* indicou que, assim, vinha a público uma crise existente naquela Universidade, remontando-se a carta anterior de outro professor – dirigida ao Reitor e que não fora tornada pública -, em que manifesta sua estranheza diante da preferência unilateral pela metodologia marxista (PAIM, 1979, p. 04).

Tanto o artigo publicado pelo *Jornal do Brasil* quanto os professores que saíram em defesa do professor Miguel Reale e da professora Anna Maria Moog Rodrigues – como o

⁶ Antonio Pereira Paim é formado em filosofia na Universidade do Brasil. Lecionou em diversas universidades brasileiras, dentre e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade Federal de Juiz de Fora e foi titular livre-docente na Universidade Gama Filho.

⁷ Anna Maria Moog graduou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1957), possui mestrado pela Philosophy University of Kansas (1961) e doutorado pelo Instituto de Filosofia Luso Brasileira (1992). É professora titular da Universidade Gama Filho.

⁸ Miguel Reale (1910-2006) foi reitor professor de Filosofia do Direito na Universidade de São Paulo (USP).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



organizador desse documento, professor Antônio Paim –, acusaram o Departamento de Filosofia da PUC-RJ de censores marxistas, por não aceitarem o texto de Miguel Reale e sua perspectiva do *culturalismo*:

A filosofia de Miguel Reale – batizada de forma muito apropriada, com o nome de *culturalismo* – afirma que são de índole moral os fundamentos últimos da evolução da cultura, razão pela qual as civilizações são odos de hierarquização dos valores (PAIM, 1979, p. 10).

O documento, que possui 248 páginas, converge com a narrativa de Djacir Menezes sobre a questão de liberdade acadêmica, assegurada pela Constituição. Compõe o dossiê, inclusive, o discurso proferido por Djacir Menezes no Conselho Federal de Cultura na Sessão de 4 de abril de 1979 sobre o assunto. Contudo, não cabe aqui aprofundar a discussão sobre o documento organizado por Antônio Paim, embora seja bastante elucidativo de alguns embates travados entre vertentes teóricas – e também políticas – nas universidades brasileiras nesse período. Sem perder o foco de observação no Suplemento *Cultura*, podemos identificar na narrativa de Djacir Menezes uma discussão sobre as questões colocadas pelo presente no momento de reformulação de bases de pensamento político, de sistema de governo.

Já se aproximando do fim, pode-se dizer que as narrativas proferidas pelo Suplemento de Cultura se dão pelo ato narrativo como possibilidade de reconhecer a experiência humana no tempo (RICOEUR, 1994). Nisso, o convite à leitura de Joaquim Nabuco, Oliveira Vianna e Rui Barbosa, coloca em movimento a relação entre autor, obra e leitor. Com base no *arco mimético* de Paul Ricoeur, podemos dizer que a configuração narrativa publicada no Suplemento, faz a mediação entre os autores e os leitores. Não sendo isso um movimento estático, mas sim um movimento em que o próprio autor é também leitor e o leitor é também autor, pois interpretam e criam constantemente sentidos para a narrativa, elaborando assim, outras narrativas. Dessa forma, a *leitura* é um ponto chave, “é o ato de ler que acompanha a configuração da narrativa e atualiza sua capacidade de ser guiada. Seguir uma história é atualizá-la na leitura. (RICOEUR, 1994, p.117-118).

Esses intelectuais ao reconfigurarem as obras desses personagens, abrem espaço para a reapropriação de um determinado pensamento no presente. O que é interessante notar, é que geralmente essa justificativa para leitura, vem precedida de uma crítica contundente a geração



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



atual de leitores que não revisitam esses personagens. Certamente, o público-alvo do Suplemento, e da coluna em si, são professores e jovens estudantes universitários, interlocutores evidenciados pelos próprios articulistas em suas narrativas.

As três narrativas publicadas no Suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de São Paulo*, privilegiadas para a análise nesse trabalho elucidam, de uma forma ou de outra, questões emergentes no contexto de abertura política e redemocratização no Brasil. Os autores, privilegiaram personagens que participaram de processos históricos importantes e atribuíram a eles uma atualidade possível para se pensar as questões do presente. Deve-se considerar nisso a importância atribuída a prática de leitura. Gilberto Freyre, Djacir Menezes e Oliveiros S. Ferreira descrevem seus personagens da forma tradicional, atrelando autor e obra.

Além disso, evidenciou um embate travado entre diferentes correntes de pensamento (político, intelectual e social) nos conturbados tempos da década de 1980 no Brasil. Somado a isso, demonstrou uma vez mais um pensamento político e social brasileiro atravessado pelo conservadorismo (muitas vezes mascarado de liberalismo), pelo elitismo benevolente e pelo colonialismo, aspectos estes que marcam, na longa duração, a sociedade brasileira.

Tendo em vista tais aspectos, não se pode deixar de reconhecer que as narrativas, apesar de terem autorias muito bem definidas, atendem e convergem com os ideais do grupo do jornal *Estadão* que atuou e articulou politicamente ao longo do tempo, sendo, inclusive, protagonista de diversos processos históricos que envolvem, não por coincidência, os três personagens atualizados pelos autores das narrativas do *Cultura*.

Considera-se, das narrativas analisadas que, muito diferente de uma forma organizada, conciliatória e harmônica, o período foi marcado por diversos embates travados em diferentes segmentos da sociedade. A crise do regime proporcionou revisões de processos históricos, e colocou em disputa versões do passado brasileiro, bem como os caminhos que a democracia e as relações políticas e sociais no Brasil deveriam seguir.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



BARROSO, Luís Roberto. A Americanização do Direito Constitucional e seus Paradoxos: Teoria e Jurisprudência Constitucional no Mundo Contemporâneo. **Cadernos da Escola do Direito e Relações internacionais**, Paraná, v. 2, n.9, p. 258 – 301. 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, Campinas, n. 14, v. 26, p. 11–50. 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A reforma do ensino. **Discurso**, São Paulo, n. 8, p. 148-159, jun 1978.

CORRÊA, Larissa Rosa. O corporativismo dos trabalhadores: leis e direitos na Justiça do Trabalho entre os regimes democrático e ditatorial militar no Brasil (1953-1978). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 2, p. 500-526, 2016.

CUNHA, Diogo. Sociabilidade, memórias e valores compartilhados: o cotidiano na Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2. 2017.

FERREIRA, Oliveiros S. Por que ler Oliveira Vianna Hoje?. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 26 de out. 1980, ed. nº 20, p. 10-11.

FICO, Carlos; POLITO, Ronaldo. **A História no Brasil (1980-1989)**: Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FREYRE, Gilberto. Por que ler Joaquim Nabuco Hoje?. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 07 de set. 1980, ed. nº 13, p. 12-14.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos – Historiografia**. Rio de Janeiro, v.9, nº 17, p.59-84, 1996.

_____. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 105-119, março/maio. 2005.

_____; HANSEN Patrícia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In GOMES, Angela Maria de Castro Gomes; HANSEN Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 07-40.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Coleção Estudos brasileiros, v. 87), 1985.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



LEHMANN, Davis. Gilberto Freyre. A reavaliação prossegue. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 29, p. 369-385, jan/jun. 2008.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional. In: IX **Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA)**, 2008.

MENEZES, Djacir. Por que ler Rui Barbosa Hoje?. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 28 de jun. 1981, ed. n° 55, p. 06-07.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Universidades, ditadura e cultura política. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 69-89. 2014.

PAIM, Antonio. **Liberdade acadêmica e opção totalitária**: um debate memorável. Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1979.

PAZ, Vanessa Carneiro. **Encontros em defesa da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil-militar (1966-1976). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa (Tomo I)**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

SIRINELLI, Jean François. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fgv, 2003. Cap. 08. p. 231-270

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: questões e debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan/jun. 2009.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. **Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo**. *Vária História*, 2013.